



Cadê meu pé-de-meia? Educação midiática, cidadania e letramento digital de adultos e idosos: um relato de experiência

Where's my "pé de meia"? Media Literacy, Citizenship, and Digital Literacy for Adults and Seniors: An Experience Report

**Fabricio Moraes Pereira
Carlos Jorge Paixão
Letícia Carneiro da Conceição**
Universidade Federal do Pará (UFPA)
Belém/PA-Brasil

Resumo

Este relato de experiência surgiu da demanda de alunos de Belém (PA) sobre o programa federal Pé-de-Meia. O objetivo é demonstrar como o letramento digital na Educação de Jovens, Adultos e Idosos (EJAI) pode promover a educação para a cidadania. Utilizou-se abordagem qualitativa, com entrevista aberta e livre argumentação, em grupo focal de 15 estudantes, de 40 a 74 anos. O planejamento pedagógico envolveu etapas de leitura compartilhada, debates sobre ferramentas de busca e manejo de inteligência artificial, culminando com a construção de carta coletiva ao Ministério da Educação. Os resultados apontam que ações pedagógicas fomentadas pela realidade da comunidade escolar promoveram maior compreensão e posicionamento crítico dos alunos acerca do programa. Concluímos que o letramento digital na EJAI mobiliza diversas potencialidades de inclusão digital e autonomia para este público-alvo.

Palavras-chave: Letramento digital; Educação midiática; Educação de Jovens e Adultos.

Abstract

This experience report arose from the demand of students from Belém (PA) regarding the federal program Pé-de-Meia. The objective is to demonstrate how digital literacy in Youth, Adult and Elderly Education (EJAI) can promote education for citizenship. A qualitative approach was used, with open interviews and free argumentation, in a focus group of 15 students, aged 40 to 74 years. The pedagogical planning involved stages of shared reading, debates on search tools and the use of artificial intelligence, culminating in the construction of a collective letter to the Ministry of Education. The results indicate that pedagogical actions fostered by the reality of the school community promoted greater understanding and critical positioning of the students regarding the program. We conclude that digital literacy in EJAI mobilizes various potentialities for digital inclusion and autonomy for this target audience.

Keywords: Digital literacy; Media literacy; Youth and Adult Education.

Introdução

A educação é chave para o progresso constante do ser humano, através de transformações contínuas, intelectual e socioculturalmente. Porém, tais modelos de desenvolvimento vigentes também trazem iniquidades em diversos âmbitos, o que evoca divergências inerentes da própria experiência humana. Tal contexto estabelece a necessidade de traçar elos entre educação e cidadania, para além de uma visão idealista ou pedagógica desta relação, a fim de tornar a vivência social mais inclusiva, educativa e dignificante (Buffa; Arroyo; Nosella, 2007; Guiomar, 2021).

Mundialmente, diversas estratégias para aumento da equidade e justiça social são pensadas e postas em prática, em amplos contextos advindos de políticas públicas. Um grande exemplo disso é o Programa Bolsa Família (maior programa de distribuição de renda do mundo) que transcende a mera funcionalidade financeira a famílias que se encontram em condições de extrema pobreza, mas tem como cerne incentivar a garantia de direitos das mesmas, associando direitos sociais básicos, como saúde, educação, assistência social, alimentação, entre outros, através de seus compromissos condicionantes (Soares, 2011; Craveiro; Ximenes, 2013; Brauw; Gilligan; Hoddinot; Roy, 2015).

Nesta conjuntura, através de processos de monitoramento de frequência escolar, o Estado consegue projetar cenários a partir dos indicadores do programa para manter os processos educacionais como uma das peças-chave para este tipo de política. O fato desta iniciativa cobrir a família inteira, ao invés do indivíduo, foi uma inovação grandiosa e coerente com o preconizado pela Constituição Federal de 1988. Promover formas de acesso e acessibilidade mais justas à educação é promover cidadania em seus aspectos mais essenciais (Caride Gómez, 2011; Craveiro; Ximenes, 2013).

Eis que surge o Programa Pé-de-Meia (Brasil, 2023; 2024a), que se trata de uma política pública de incentivo financeiro-educacional voltada a estudantes matriculados no ensino médio que também são beneficiários do Bolsa Família, através do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. Seu objetivo é promover a permanência e a conclusão da etapa final da educação básica em um sistema de poupança que deverá ter seus rendimentos resgatados ao final deste período de escolarização.

Em 08 de fevereiro de 2024, o Ministério da Educação (Brasil, 2024b), em suas regras para adesão ao Pé-de-Meia, a partir de um movimento de ampliação da referida política pública, condicionou alguns critérios de elegibilidade para a modalidade Educação de Jovens

e Adultos (EJA). Ainda que a iniciativa seja importante, notam-se incongruências deste aumento de oferta com a natureza da modalidade em questão, que serão discutidas posteriormente, dada a necessidade da educação voltada à cidadania.

Este trabalho se justifica a partir dos questionamentos de dois estudantes de 2ª totalidade da Educação de Jovens, Adultos e Idosos (EJAI) de uma escola pública municipal de Belém, Pará. Tais estudantes foram contatados por correspondentes bancários, em junho de 2024, para falar a respeito da referida política pública, a qual “eles teriam direito”. Porém, em agosto de 2024, os mesmos foram informados que “perderam o direito” de adesão ao programa, gerando a indagação que dá título a este trabalho.

Como as informações dadas pelos correspondentes bancários não alcançaram o entendimento destes estudantes, foi proposta uma intervenção pedagógica com a turma inteira, para realizar uma discussão acerca de políticas públicas de incentivos educacionais, financeiros e sociais, bem como para intencionar a busca por informações confiáveis e verdadeiras no meio digital e a produção escrita a partir das argumentações temáticas.

Sendo assim, o principal objetivo deste trabalho é demonstrar como o letramento digital voltado à EJAI deve ser um meio de promoção de educação para a cidadania a partir da utilização de meios digitais para promoção do letramento de jovens, adultos e idosos.

Metodologia

A pesquisa foi realizada em uma escola da rede municipal de Belém, que organiza a oferta da EJAI por meio de 'Totalidades do Conhecimento' (Belém, 2022). Tal estrutura curricular, que substitui a seriação tradicional por ciclos de aprendizagem baseados em eixos temáticos e vivenciais, tem repercussões na identidade da modalidade na rede, que se refletem na dinâmica da turma e do próprio grupo focal.

Participaram da atividade 15 estudantes matriculados na 2ª Totalidade (correspondente aos anos iniciais do Ensino Fundamental), com idades entre 40 e 74 anos. A escolha do grupo, com heterogeneidade de trajetórias escolares e de vida, foi orientada pela demanda espontânea apresentada por eles ao buscarem compreender os mecanismos que mediavam seu acesso ao programa federal.

Em relação aos procedimentos da pesquisa, determinados pelo planejamento, experiência e experimentação dos pesquisadores, a análise se inicia na definição do objeto. Para ter profundidade, esta análise deve envolver a compreensão e a internalização dos

conceitos filosóficos e epistemológicos que fundamentam a investigação. A partir da abordagem qualitativa, método que valoriza a subjetividade do pesquisador como instrumento de análise e se adapta ao objeto pesquisado, a vivência se torna um dado científico, revelando a profundidade e complexidade das relações sociais. A experiência, assim, se transforma em objeto de conhecimento, através da legitimação da vivência como dado científico (Flick, 2009; Minayo, 2012).

O relato de experiência, como forma de documentar a realidade por meio da observação e da reflexão crítica, transforma o cotidiano em objeto de análise científica. Para além de uma narrativa, o relato de experiência, como caminho metodológico, é uma fonte de produção de conhecimento que decompõe a realidade permeada por crenças e valores que não podem ser facilmente quantificados (Flick, 2009; Minayo, 2012).

Dentro das técnicas da abordagem qualitativa, utilizamos a entrevista aberta, com livre argumentação, a partir de um grupo focal de 15 estudantes da EJA1 participantes, dentro da faixa etária de 40 a 74 anos.

Para o estabelecimento dos aspectos bioéticos de pesquisa, e como modo de prática de leitura entre os estudantes, foi feita a leitura coletiva de um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, a fim de autorizar o uso dos dados e informações obtidas a partir das discussões do grupo, levando aos resultados deste trabalho como sendo parte de um relato de experiência autorizado à divulgação acadêmico-científica. Uma via do documento foi, então, assinada em conjunto, ficando cada estudante com uma cópia do mesmo, caso quisesse retirar seu consentimento para a participação na pesquisa, como preconiza a Resolução do Conselho Nacional de Saúde (Brasil, 2016).

Foi feita gravação de algumas falas pertinentes ao assunto tratado, a partir das interações do grupo focal acerca do exposto. Algumas falas serão descritas nos resultados, porém sem identificação nominal do interlocutor.

Para alcançar as informações acerca da política pública descrita, utilizou-se o navegador *Google Chrome* como ferramenta digital de busca de informações, a partir dos computadores desktop presentes na Unidade de Tecnologia Educacional (UNITEC) da referida escola. Posteriormente, foi utilizada a aplicação “Editor de textos infantil” presente no software gratuito de acesso livre *GCompris* para a escrita de palavras-chave identificadas no sítio eletrônico referente ao programa Pé-de-Meia¹.

As outras ações previstas no planejamento pedagógico junto à UNITEC, que consistiam na interação com um *chatbot* de inteligência artificial e a construção de uma carta coletiva confeccionada pelos estudantes, foram interrompidas devido ao início de reforma estrutural do referido espaço escolar, em dezembro de 2024, e descontinuidade dos espaços de projetos da rede municipal de educação de Belém, a partir da nova Portaria de Lotação dos servidores vinculados à Secretaria Municipal de Educação de Belém, pelo advento de nova gestão municipal (Belém, 2025).

Resultados e Discussões

A mobilização da turma acerca da temática teve como gatilho a confusão de anúncio de elegibilidade e posterior negação do benefício aos dois estudantes. Como dispositivo disparador do grupo focal, este episódio evidenciou o que Freire (1992) aponta como a anterioridade da leitura de mundo em relação à leitura da palavra. Na concepção freireana, a possibilidade da transformação da realidade pelo educando acontece quando a interpretação das contradições sociais, territorialmente contextualizadas, precede a mera decifração de códigos linguísticos. Neste sentido, a desinformação acerca do programa revela mais que uma lacuna comunicacional da política pública, mas a urgência do letramento digital para o exercício da cidadania e defesa de direitos subjetivos dos educandos.

Os relatos dos estudantes 01 a 04 oscilam entre visões assistencialistas e também de garantia de direitos. Enquanto os estudantes E01 e E04 enfatizam o caráter de incentivo à permanência e o suporte para itens básicos, definindo o programa como "um incentivo para manter o aluno no colégio, pra ter um caderno" (E04), a estudante E02 desloca a discussão para a função social protetiva da escola. Ao afirmar que o auxílio evita que "esses meninos vivam por aí assaltando" e sentenciar que "foi a rua que criou!", ela denuncia a vulnerabilidade a que os jovens estão expostos fora do ambiente escolar. A fala de E03 reivindica a titularidade do benefício como uma conquista política, afirmando estar "buscando meu objetivo (...) pra pegar também a questão do meu direito", demonstrando alcançar uma apropriação crítica que supera a visão de favor estatal, alinhando-se à perspectiva de cidadania ativa.

Essa transição de paradigma na visão dos educandos sobre o programa dialoga diretamente com a concepção de Arroyo (2001, 2006) sobre os sujeitos da EJA. Para o autor, esses educandos trazem consigo marcas históricas de exclusão e desigualdade, exigindo que o espaço escolar os reconheça não apenas como indivíduos com atraso na escolarização

formal, mas como sujeitos socioculturais e de direito em busca de emancipação. A percepção da escola como um contraponto à violência das ruas (E02) ou como locus de reparação (E03) reforça a urgência de políticas de permanência que garantam a própria vida desses sujeitos.

A compreensão apresentada pelos estudantes de que o benefício exige contrapartidas como “permanecer na escola” e “querer aprender mais” reflete a própria lógica das condicionalidades de programas de transferência de renda, uma vez que a maioria deste grupo focal já é beneficiária do Bolsa Família (Freire, 1987; Oliveira, 2023; Ratusniak, 2024). A escola consolida-se, portanto, não apenas como espaço de ensino, mas como engrenagem central do sistema de proteção social, capaz de mitigar as iniquidades que afastaram esses sujeitos do direito à educação na infância (Craveiro; Ximenes, 2013; Santos; Souza, 2021).

As vivências e memórias apresentadas pelos estudantes expõem a necessidade de maior visibilidade à vulnerabilidade social em que estão inseridos. A escola possui papel relevante na diminuição de iniquidades sociais, sendo parte importante do sistema de proteção e garantia de direitos dos estudantes a partir de suas identificações e intervenções (Maranhão *et al.*, 2014; Santos; Souza, 2021).

A EJA, nesta conjuntura, se apresenta como uma modalidade que perpassa a lacuna deixada pelo Estado na vida destes estudantes, que se viram excluídos da garantia de direitos durante a infância e idade escolar considerada regular. Arroyo (2001, 2006) propõe o reconhecimento dos sujeitos da EJA como protagonistas de sua própria aprendizagem e portadores de direitos educativos que abrangem a formação cidadã e a transformação social, indo além da mera alfabetização e certificação. Essa perspectiva supera a visão tradicional e compensatória da EJA, que muitas vezes reduz esses sujeitos àqueles que não completaram a escolarização na “idade certa”.

É neste cenário de construção de perspectiva cidadã e demandas por inserção social que a educação midiática ganha centralidade. A busca autônoma por informações sobre as regras de elegibilidade do “Pé-de-Meia” foi além da curiosidade tecnológica, configurando-se como uma necessidade material. Como corroboram Viñal Junior e Miranda (2019), o letramento digital e a educação midiática ultrapassam uma dimensão puramente técnica ou instrumental, atuando como ferramentas indispensáveis de autonomia política e cidadania ativa. Ao aprenderem a decodificar criticamente os portais governamentais e a questionar informações desencontradas, os estudantes da EJA instrumentalizam-se para reivindicar sua

inclusão nas políticas públicas, materializando a apropriação tecnológica como um ato de resistência, controle e transformação social.

Torna-se salutar, então, que estes estudantes, com trajetórias de vidas singulares marcadas invariavelmente pela exclusão dos processos de escolarização na idade considerada adequada, possam encontrar esperança de adquirir novos conhecimentos e desenvolver novas habilidades que lhes foram proibidas, negadas ou dificultadas anteriormente (Freire, 1992).

Ainda que não seja o foco deste trabalho, tal conjuntura nos permite compreender a necessidade da formação de professores voltada ao atendimento da especificidade destes sujeitos. Viñal Junior e Miranda (2019, p. 19-20) discutem:

Se pensarmos nesses aspectos podemos entender que para exercer a cidadania é preciso se comunicar, conseguir encontrar informações, entender, interpretá-las e conseqüentemente argumentar. Essas questões tomam uma dimensão ainda maior quando pensamos especificamente nas pessoas da EJA, uma vez que grande parte dos indivíduos que compõe essa modalidade está inserida no mercado de trabalho; assim, entendemos que o desenvolvimento do conhecimento e de habilidades necessárias para inserir-se e transformar esse mundo globalizado só é possível a partir de um professorado que entenda as necessidades, especificidades e diferenças das pessoas da EJA.

A quarta estudante entende o Pé-de-Meia como um benefício semelhante ao Bolsa Família, o qual tem diferenças marcantes. Tais diferenças serão desenvolvidas a seguir.

A etapa de checagem das informações na fonte oficial do programa foi além da mera utilização de recursos digitais. Ao se depararem com os critérios de elegibilidade e as especificidades da ampliação do Pé-de-Meia para o público da EJA (Figura 01), os estudantes mobilizaram as habilidades de letramento digital para operar a leitura de mundo.

Por si só, o acesso à tecnologia não garante o acesso à informação, sendo necessária a mobilização de habilidades críticas para interpretar os dados que definem a exclusão ou inclusão dos sujeitos nas políticas públicas.

Figura 01: Informativo sobre a adesão ao Pé-de-Meia, modalidade EJA, e suas regras de elegibilidade.

AMPLIAÇÃO

PÉ-DE-MEIA
A poupança do ensino médio

Secretários de educação e reitores de instituições federais que ofertam o ensino médio público na **modalidade EJA** devem fazer a adesão ao programa até **26 de agosto de 2024**. Para isso, é preciso assinar o Termo de Compromisso e cadastrar dois pontos focais no Simec.

Os entes que já aderiram ao programa na modalidade regular precisam apenas cadastrar dois novos técnicos responsáveis pela parte pedagógica da EJA em sua rede de ensino.

Regras de elegibilidade para alunos da EJA:

- Ser estudante do ensino médio nas modalidades da educação de jovens e adultos (EJA) das redes públicas;
- Ter se matriculado até dois meses depois do início do ano letivo;
- Ter entre 19 e 24 anos (completos até 31/12/2024);
- Ser integrante de uma família inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) e que tenha renda, por pessoa, de até meio salário mínimo (R\$ 706);
- Possuir Cadastro de Pessoa Física (CPF) regular.

GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
BRASIL
UNIÃO E DESENVOLVIMENTO

Fonte: Sítio eletrônico de adesão ao Programa Pé-de-Meiaⁱⁱ.

Conforme evidenciado em suas diretrizes, expressas nas comunicações oficiais, o público-alvo do Pé-de-Meia são jovens e adultos jovens matriculados no Ensino Médio. O direcionamento busca enfrentar desafios específicos desta etapa de ensino, como as taxas de abandono decorrentes principalmente da busca por emprego e trabalho, fator principal de evasão escolar entre jovens de 14 a 29 anos de idade, seguido de fatores socioeconômicos delineados pela falta de interesse, pobreza e gravidez não intencional (Costa; Pereira; Pires, 2023).

Outro desafio que se apresenta à etapa em questão é a queda acentuada da busca pelo Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), principal meio de acesso à educação superior no Brasil. O quantitativo de inscrições diminuiu 45,6% em 10 anos, segundo os dados do Instituto

Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), organizador do exame (INEP, 2023).

Na realização do Enem, o beneficiário do Pé-de-Meia recebe um adicional de R\$200 pela participação nos dois dias de prova. Para além dos depósitos anuais referentes à etapa do Ensino Médio, esse valor adicional incentiva a realização do exame. Com a medida, o ano de 2024 já registrou um aumento significativo de inscrições, após quase uma década de tendência de redução da demanda (INEP, 2024).

Como política pública de incentivo à conclusão do Ensino Médio e participação dos jovens no mecanismo de acesso ao ensino superior, o Pé-de-Meia busca promover a possibilidade de incursão em benefício financeiro, em caráter educacional, método de incentivo à manutenção da permanência estudantil na escola e encaminhamento para educação superior. O conjunto de ações atuam em um dos fatores principais de evasão escolar, tentando mitigar as pressões do mercado de trabalho (Madaloz; Silva; Lauxen; Neubauer, 2024).

Tal prerrogativa, no entanto, acaba por se tornar excludente se considerarmos que fatores semelhantes (ainda que em contextos diferentes) também afastaram da escolarização formal, na idade considerada adequada, os estudantes que atualmente são adultos e idosos - e, portanto, acima da idade contemplada pelo benefício. Se adicionarmos o fator histórico, identificamos que as concepções de direito, acesso e acessibilidade educacionais foram contundentes para evasão, nas circunstâncias em que se encontravam, antes da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996). Nesta legislação, promulga-se a:

oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola (Brasil, 1996, Artigo 4º, inciso VII).

No atual contexto brasileiro, o mercado de trabalho é ainda mais nocivo para quem tem menos escolarização formal, a quem se destinam poucas oportunidades de trabalho, normalmente em atividades laborais que demandam força física e jornadas extenuantes, caracterizadas por um desenho ocupacional que atende às demandas capitalistas e neoliberais através da precarização do trabalho, em detrimento da saúde e bem estar dos trabalhadores (Antunes, 2010; 2014).

A partir da leitura coletiva dos critérios de elegibilidade ao programa, houve discussão acerca da viabilidade de tal programa para os estudantes acima de 24 anos, foco deste trabalho, além da busca por informações e checagem de fatos a partir de canais de comunicação digitais oficiais e confiáveis.

Entende-se, então, a importância da educação midiática e do letramento digital de forma a promover a cidadania, no momento em que discussões como essas, que impactam diretamente os direitos dos estudantes, são postas em voga (Francesco; Leone, 2020; Nagumo; Teles; Silva, 2022).

A partilha das vivências, expressas nos relatos E05, E06 e E07, revelou uma compreensão do Pé-de-Meia como uma política de permanência e reparação histórica necessária para a modalidade, para muito além de um auxílio financeiro de caráter assistencialista. O afastamento da escolarização formal não é descrito por eles como uma escolha, mas como consequência de vulnerabilidades que o atual desenho do programa ainda não enfrenta plenamente.

Diante dessa constatação, o planejamento pedagógico avançou da oralidade dos debates para a escrita reivindicatória, propondo a confecção de uma carta coletiva à SECADI. Tal estratégia didática não apenas instrumentaliza a carta como gênero textual, mas concretiza o processo de formação cidadã, permitindo que a comunidade escolar ultrapasse uma postura meramente passiva para alcançar um posicionamento de cidadão agente de controle social, formulando e formalizando suas demandas junto ao Ministério da Educação:

E05: Olhe, professor [nome do professor], eu não terminei meus estudos porque eu tinha que ajudar os meus pais no sustento da casa. Às vezes, eu não podia ir pro colégio porque eu tinha que tirar açaí, tinha que lancear com meu pai. Por isso que eu não continuei meus estudos. E sobre o Pé-de-Meia, pra mim, era muito bom eu ter, porque ainda eu não sou aposentada, então eu, às vezes eu queria ler uma receita, eu não sabia. Pra mim tomar um remédio eu não sabia ler aquela receita. Agora, eu, graças a Deus, eu já estou entendendo mais, já sei escrever as palavras, já sei ler alguma coisa. Então, pra mim, foi muito grato eu continuar os meus estudos. Porque, sobre esse negócio de dinheiro, também, às vezes eu quero comprar um caderno, quero comprar um lápis e eu não tenho, porque eu ainda não tenho uma renda que eu possa ter aquele pra mim dar o início mesmo nos meus estudos. Então tem vez que eu preciso mesmo das coisas e eu não tenho, né? Então é isso.

E06: Por que eu precisaria do Pé-de-Meia? Porque é uma ajuda, né? A gente trabalha na casa, eu principalmente agora tô trabalhando até de cozinheira. Então preciso estudar e o Pé-de-Meia poderia ajudar nós, né? Porque o que mais ajuda são nossos estudos, a gente estar se esforçando pra continuar nossos

estudos. Eu, por exemplo, não sabia nada! Agora, já estou me esforçando, tô pedindo pra Deus me dar sabedoria. Então a gente precisa do Pé-de-Meia pra ajudar nós, a nossa situação financeira, porque a gente, às vezes professor, passa por dificuldades. A gente pula pra cá, pula prali... Olha, eu tô com 71 anos já, mas eu ainda tô trabalhando de cozinheira. Então o Pé-de-Meia nos ajudaria muito mais. E a pessoa indicada para escrever essa carta, é a minha opinião, não sei se os colegas vão concordar, mas é a dona [nome da estudante], né? Eu confio muito nela! Primeiro em Deus, né? Depois nela, que é uma grande amiga, e no senhor, professor, que vai nos ajudar a escrever essa carta!

E07: Professor [nome do professor], a minha história nesse colégio é porque eu não tive, assim, nenhum contato pra acabar meus estudos. Eu parei, assim, com 14 anos e fico feliz de estar fazendo parte do EJA, à noite. Eu e mais as minhas amigas da sala, nós precisamos desse benefício, como direito nosso, porque nós trabalhamos, nós chegamos cansados, tá? Mesmo assim, nós não botamos dificuldade para estudar. E fico feliz de fazer parte do EJA, então isso [o Pé-de-Meia] me interessa muito, porque nós estamos lutando pra ser alguém na vida, porque nunca é tarde pra gente aprender alguma coisa. Então, a minha vida é essa: foi trabalho e parei de estudar. Tô com 53 anos, mas graças a Deus, tenho que agradecer muito os professores que estão ajudando nós aí do [nome da escola]. Fico feliz porque eu também faço parte do EJA e esse benefício vai poder completar muito na nossa vida. Então, hoje eu fico muito feliz de estudar, de fazer parte dessa família do EJA. Então essa é a minha família! Esse é um recomeço que eu tenho, porque tem certas horas que a gente fica, a gente que não sabe ler ainda direito, mas a gente fica com vergonha de chegar na parada do ônibus e perguntar pra alguma pessoa ler para nós. Mas isso a gente tem que fazer esforço de todo dia ir para o colégio [...]. A gente chega tarde do nosso serviço, mas chega com alegria, com o maior prazer de que um dia a gente vai se formar, vai ser alguma coisa, algum advogado, alguma coisa. Mas eu fico feliz de fazer parte da nossa família do EJA.

A fala da estudante E05 evidencia sua origem nos territórios dos campos, das águas e das florestas, cujas especificidades atualmente demandam práticas educativas contextualizadas. Prioritariamente, tais práticas consideram a tríade escola-território-pertencimento na construção de uma educação comprometida com as realidades dos educandos, envolvendo a relação entre escolas, comunidades e organizações sociais, assegurando princípios de respeito à diversidade cultural, valorização do conhecimento ancestral e promoção da interação dialógica de saberes. Para além de um direito, a escola e os saberes escolares nesses territórios precisam estar em sintonia com os saberes, valores, cultura e formação que acontecem fora da escola (Arroyo; Caldart; Molina, 2004).

A infância e adolescência da estudante, no entanto, foi marcada pela sua exclusão da escolarização formal, sendo impactada diretamente pelo trabalho, que significava a

sobrevivência familiar. Seu relato reafirma a característica de serem sujeitos de resistências culturais, políticas e pedagógicas, no campo e do campo (Caldart, 2002).

As atividades de subsistência desta população tradicional são usualmente extrativistas, a partir de diversos insumos agrofloretais, porém com grande destaque ao açaí (*Euterpe oleracea*). Já na pesca, o verbo lançar está relacionado às redes de lançar, que são redes de malhas finas presas nas extremidades por duas varas (Murrieta; Brondízio; Siqueira; Moran, 1989; Pojo; Elias; Vilhena, 2014).

Independente da natureza, o trabalho infantojuvenil na população ribeirinha, notadamente habitantes de áreas de várzea e igapós, ainda é uma realidade que atravessa gerações e está intimamente vinculado à pobreza, à necessidade de auxiliar na subsistência familiar. Quanto maior o número de filhos, significa mais força de trabalho à sobrevivência dessas famílias (Fraxe; Witkoski; Pereira, 2011; Américo, 2020).

O depoimento da estudante E06 evidencia as dificuldades enfrentadas por essa parcela da população, historicamente mais afetada pelas questões socioeconômicas estruturais da nossa sociedade. É fato que as desigualdades de oportunidades educacionais no Brasil, entre diferentes classes sociais, são persistentes em todas as etapas da vida escolar. Diante disso, os programas de transferência de renda com condicionalidades educacionais visam não apenas reduzir a pobreza a curto prazo, mas também aprimorar as condições de vida das futuras gerações, contribuindo para a superação do ciclo intergeracional de pobreza (Monteiro, 2014).

A estudante também faz apontamentos de cernes religiosos e sociais. No contexto religioso, é sabido que o cidadão brasileiro mantém grande proximidade com a religiosidade, seja qual for a matriz, enquanto prática de cultura forte, buscando alento para momentos de vazios institucionais, existenciais e identitários a partir da fé (Setton; Valente, 2016). A carência de mecanismos voltados à proteção social infantojuvenil, à época, são chagas da invisibilização desses estudantes pelas instituições e pelo Estado.

Ao analisar, conjuntamente, a fala dos estudantes E06 e E07, percebemos a função social da escola para os sujeitos da EJA como construtora de vínculos sociais. Para Arroyo (2006), a escola precisa ser um espaço de reconhecimento e valorização das trajetórias de vida destes estudantes jovens, adultos e idosos, respeitando suas identidades, culturas e saberes adquiridos ao longo da vida, reconhecendo a pluralidade de processos, tempos e espaços formadores. Além da centralidade nos seus sujeitos, a função social da escola na EJA

envolve a garantia do direito à educação e a oportunização da transformação social (Arroyo, 2011).

Com o desenvolvimento da ação no espaço escolar, pontuou-se algumas palavras-chave presentes no sítio eletrônico do programa Pé-de-Meia para exercício de digitação no Editor de textos infantil da aplicação GCompris, com a discussão sobre a aplicação das palavras no cotidiano dos estudantes.

Na semana seguinte a esta atividade, a referida escola entrou em reforma, onde o espaço da UNITEC foi interditado, no final de 2024. Após a nova gestão municipal assumir as ações da Secretaria Municipal de Educação de Belém, através da Portaria de Lotação de 2025, publicada em 24 de janeiro de 2025 (Belém, 2025), todos os projetos (UNITECs, projetos de Sala de Leitura, projetos de Bibliotecas, projetos artísticos e desportivos), até então associados ao referido órgão (Belém, 2022), sofreram descontinuidade de atendimento e todos os professores vinculados aos mesmos tiveram suas lotações suspensas para atuação nesses espaços, o que interrompeu as etapas posteriores metodologicamente programadas às ações do planejamento.

Tais atividades consistiriam na utilização de ferramentas de busca, interação introdutória com inteligência artificial generativa e confecção da carta coletiva previamente acordada entre professor mediador de tecnologias e os estudantes participantes deste trabalho.

Na ferramenta de busca do navegador, ao interagir com a interface do *chatbot* da OpenAI (*Chat GPT*), quando lhe é perguntado acerca de seus conhecimentos sobre a referida política pública, o mesmo não retorna uma informação correta. Segue o *log* com pergunta e resposta sobre o assunto:

“Olá, humano! Sou um *chatbot* de IA alimentado pelo GPT-4o mini. Fique à vontade para me fazer todas as perguntas que quiser!”

- **O que você pode dizer a respeito da política pública brasileira intitulada Programa Pé de Meia?**

“O Programa Pé de Meia é uma iniciativa brasileira voltada para a promoção da educação financeira e o incentivo à poupança entre famílias de baixa renda. O objetivo principal é ajudar essas famílias a desenvolverem hábitos financeiros saudáveis, proporcionando ferramentas e conhecimentos que possam melhorar sua gestão financeira e, conseqüentemente, sua qualidade de vida.

O programa geralmente inclui ações como oficinas de educação financeira, orientações sobre como poupar e investir, além de informações sobre o uso consciente do crédito. A ideia é empoderar as famílias, permitindo que elas façam escolhas mais informadas e sustentáveis em relação ao seu dinheiro. Se você tiver mais perguntas ou quiser saber detalhes específicos sobre o programa, fique à vontade para perguntar!” (Fonte: <http://chatgpt.com.br>, produzido em 28 de janeiro de 2025).

A importância de apresentar uma das diversas inteligências artificiais disponíveis amplamente em nosso cotidiano é justamente contextualizar como diversos sistemas e aplicações deste tipo devem ser entendidas em seus aspectos sociais e como possuem influência sobre e pelas relações sociais envolvidas. Não se pode entender esta tecnologia apenas como uma ferramenta ou dispositivo inócuo à realidade vigente (Preto, 2013).

Observou-se que a interface de inteligência artificial utilizada praticou o que é denominado de “alucinação”, que é a geração de informações imprecisas ou até mesmo falsas (Catalano; Lorenzi, 2023).

Tal comportamento ocorreu pois o conjunto de dados foi baseado no banco de dados da inteligência artificial atualizado até outubro de 2023. Como o Programa Pé-de-Meia teve seu início em novembro de 2023, o referido *chatbot* acabou gerando informações equivocadas.

Daí a importância de discutir a temática junto a ações e atividades de letramento digital, com intermédio pedagógico, para que estes estudantes se tornem produtores efetivos de informações mediadas por inteligência artificial, sobretudo na produção textual (Jesus, 2024), bem como autônomos nos processos de educação midiática.

A partir do estudo de Pereira *et al.* (2024) em turmas semelhantes no contexto de EJA, foi possível constatar que a atuação da mediação tecnológica fomentou progressos na identificação de códigos e linguagens, bem como o manejo dos recursos e ferramentas digitais e, de modo transversal, atuou como promotor do processo de letramento digital com estudantes idosos.

Para além do simples teor utilitarista do manuseio dos instrumentos tecnológicos, este trabalho também visa contribuir para provocar reflexões, em caracteres libertadores e emancipadores, sobre os processos pelos quais estes estudantes estão inseridos em seus meios socioculturais, assim como fomentar a busca qualificada por informações nos multimeios digitais.

Ainda que tenha havido uma ruptura no processo pedagógico delineado neste trabalho, as ações efetivamente realizadas e planejadas possuem potencial de colaborar com a aprendizagem para uma vida entremeada no campo das tecnologias digitais de informação e comunicação as quais os estudantes convivem e se inserem.

Considerações Finais

Entende-se que um dos papéis da educação é fornecer subsídios para que os estudantes possam refletir sobre diversos aspectos da vida, sobre o cotidiano e sobre suas tomadas de decisão frente ao que a sociedade impõe.

Educar para a cidadania é um desafio ainda maior, pois os interlocutores podem se deparar com situações e realidades as quais vivenciaram, vivenciam ou podem vivenciar, sendo muitas delas experiências de completo desamparo socioeconômico e do poder público.

Os fatores culturais, históricos e socioeconômicos, que se impuseram à educação formal do passado desses estudantes adultos e idosos, ainda contribuem para sua dificuldade de acesso aos processos educativos e à escola, junto à necessidade de ocupar espaços de trabalho desvalorizados e que se tornam empecilhos aos estudos.

Cabe a educação e seus entes partícipes, em seus preceitos de libertação, emancipação e autonomia, promover espaços, momentos e discussões acerca do papel de cada cidadão na sociedade, perpassando pelos processos de reflexão sobre as práticas diversas de vida, alcançando alguns pontos que foram discutidos ao longo deste trabalho, como a busca por informações, a capacidade de refletir sobre o que está posto em uma política pública, a identificação de elementos pertinentes ao mundo digital e como fazê-lo.

Referências

AMÉRICO, Merize. Trabalho infantil: estudo das particularidades e contradições nos rios do Marajó/PA. **O Social em Questão**, v. 23, n. 46, p. 143-166, 2020.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

ANTUNES, Ricardo. A nova morfologia do trabalho e as formas diferenciadas da reestruturação produtiva no Brasil dos anos 1990. **Sociologia**, v. 27, p. 11-25, jan. 2014.

ARROYO, Miguel González. **Currículo, território em disputa**. Petrópolis: Vozes, 2011.

ARROYO, Miguel González. Formar educadores e educadoras de jovens e adultos. In: SOARES, Leôncio José Gomes (Org.). **Formação de educadores de jovens e adultos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p. 17-32.

ARROYO, Miguel González; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna. **Por uma Educação do Campo**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

ARROYO, Miguel González. A educação de jovens e adultos em tempos de exclusão. Alfabetização e cidadania: **Revista Brasileira de Educação de Jovens e Adultos**, Brasília: RAAAB, n. 11, p. 221-230, 2001.

BELÉM. Secretaria Municipal de Educação de Belém. **Diretrizes curriculares do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Educação de Belém**. Belém: SEMEC, 2022; 482.

BELÉM. Secretaria Municipal de Educação (SEMEC). **Portaria nº 263/2025-GABS/SEMEC**, de 24 de janeiro de 2025. Dispõe sobre os critérios a serem adotados para a lotação de docentes e não docentes da Secretaria Municipal de Educação. Belém: SEMEC, 2025. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/828143325/PORTARIA-LOTACAO-2025-docx>. Acesso em: 26 jan. 2025.

BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 13 dez. 2024.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 510**, de 7 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n. 98, p. 44, 24 maio 2016. Disponível em: <https://www.gov.br/conselho-nacional-de-saude/pt-br/atos-normativos/resolucoes/2016/resolucao-no-510.pdf/view>. Acesso em: 13 dez. 2024.

BRASIL. **Medida Provisória nº 1.198**, de 27 de novembro de 2023. Institui poupança de incentivo à permanência e conclusão escolar para estudantes do ensino médio. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 27 nov. 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Mpv/mpv1198.htm. Acesso em: 13 dez. 2024.

BRASIL. **Lei nº 14.818**, de 16 de janeiro de 2024a. Institui incentivo financeiro-educacional, na modalidade de poupança, aos estudantes matriculados no ensino médio público; e altera a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, e a Lei nº 14.075, de 22 de outubro de 2020. Brasília, DF: Presidência da República, 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/l14818.htm. Acesso em: 13 dez. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Adesão ao pé-de-meia**. 08 fev. 2024b. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/pe-de-meia/adesao>. Acesso em: 13 dez. 2024.

BRAUW, Alan de; GILLIGAN, Daniel Orth; HODDINOTT, John; ROY, Shalini. The Impact of Bolsa Família on Schooling. **World Development**, v. 70, p. 303-316, 2015.

BUFFA, Ester; ARROYO, Miguel González; NOSELLA, Paolo. **Educação e cidadania: quem educa o cidadão?** 13. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

CALDART, Roseli Salete (Org). **Educação do campo: identidades e políticas públicas. Por uma Educação do Campo.** Brasília; São Paulo: ANCA, 2002.

CARIDE GÓMEZ, José Antonio. La educación y sus políticas como objetivo de desarrollo del milenio. **Revista Innovación Educativa**, v. 11, n. 54, p. 53-65, 2011.

CATALANO, José Victor Rodrigues; LORENZI, Bruno Rossi. Sem referências: o ChatGPT sob a perspectiva latouriana do duplo clique. **Faz Ciência**, v. 25, n. 41, p. 38-58, 2023.

COSTA, Murilo Marques; PEREIRA, Alessandra dos Santos; PIRES, Roseli Vieira. Motivos de abandono escolar no brasil: análise de dados da PNAD contínua de 2019. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, v. 15, n. 43, p. 104-120, 2023.

CRAVEIRO, Clélia Brandão Alvarenga; XIMENES, Daniel de Aquino. Dez Anos do Programa Bolsa Família: desafios e perspectivas para a universalização da educação básica no Brasil. In: CAMPELLO, Tereza; NERI, Marcelo Côrtes. (orgs). **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania.** Brasília: IPEA, 2013. p. 109-124.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa.** 3ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FRANCESCO, Nayara Nascimento; LEONE, Simone Delago. Educação midiática contra “fake news”. **Revista Científica UMC**, v. 5, n. 1, p. 1-15, 2020.

FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto; WITKOSKI, Antônio Carlos; PEREIRA, Henrique dos Santos (orgs). **Comunidades ribeirinhas amazônicas: memória, ethos e identidade.** Manaus: Reggo, 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido.** 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1992.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GUIOMAR, Patrícia. Mediação, educação e cidadania: uma tríade indissociável. **Revista de Estudos Curriculares**, v. 1, n. 12, p. 148-163, 2021.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Microdados do Enem 2013-2023.** 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/microdados/enem>. Acesso em: 13 dez. 2024.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Painel Enem 2024.** 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/enem/enem-2024-tem-4-3-milhoes-de-inscritos-confirmados>. Acesso em: 13 dez. 2024.

JESUS, Osvaldo Freitas de. O ChatGPT como gerador de textos comunicativos. In: SOUZA, Tiago Zanquêta; NOVAIS, Gercina Santana; DIAS, Adelino José de Carvalho. **A escola hoje: em defesa do direito de ensinar e aprender em contextos educativos e formativos humanizadores**. São Paulo: Dialética, 2024.

MADALOZ, Rogéria Fátima; SILVA, Joice Nara Rosa; LAUXEN, Sirlei de Lourdes; NEUBAUER, Vanessa Steigleder. Programa Pé-de-Meia: um incentivo financeiro-educacional para a permanência e conclusão no ensino médio público. **REVISTA ARACÊ**, v. 6, n. 4, p. 12856-69, 2024.

MARANHÃO, Joyce Hilario *et al.* Violência, risco e proteção em estudantes de escola pública. **Fractal, Rev. Psicol.**, v. 26, n. 2, p. 429-444, 2014.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Ciência & saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 621-626, 2012.

MONTEIRO, Vinícius do Prado. **Transferência de renda e educação: Uma análise longitudinal de impacto do Programa Bolsa Família em 2005-2009**. 2014. 104 f. Dissertação (Mestrado em Demografia) - Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2014.

MURRIETA, Rui Sérgio Sereni; BRONDÍZIO, Eduardo; SIQUEIRA, Andrea; MORAN, Emílio Frederico. Estratégias de subsistência de uma população ribeirinha do Rio Marajó-Açu, Ilha de Marajó, Brasil. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi, Sér. Antropol.**, v. 5, n. 2, p. 147-163, 1989.

NAGUMO, Estevon; TELES, Lúcio França; SILVA, Lucélia de Almeida. Educação e desinformação: letramento midiático, ciência e diálogo. **Educação Temática Digital**, v. 24, n. 1, p. 220-237, 2022.

OLIVEIRA, José Fabiano de Araújo. **PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: contribuições para educação e cidadania no município de Santo André (PB)**. 2023. 132f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Centro de Humanidades, Unidade Acadêmica de Ciências Sociais, Universidade Federal de Campina Grande, Paraíba, 2023.

PEREIRA, Fabricio Moraes *et al.* Mediações no letramento digital no ensino fundamental menor e na educação de jovens, adultos e idosos. **Revista Acervo Educacional**, v. 6, p. 1-6, 2024.

POJO, Eliana Campos; ELIAS, Lina Gláucia Dantas; VILHENA, Maria de Nazaré. AS ÁGUAS E OS RIBEIRINHOS – BEIRANDO SUA CULTURA E MARGEANDO SEUS SABERES. **Margens**, v. 8, n. 11, p. 176-198, 2014.

PRETTO, Nelson de Luca. **Uma escola sem/com futuro: educação e multimídia**. 8. ed. Salvador: EDUFBA, 2013.

RATUSNIAK, Célia. Gênero, raça, evasão e expulsão escolar: por que os alunos e as alunas deixam de frequentar a escola? **Revista Brasileira de Educação**, v. 29, p. 1-19, 2024.

SANTOS, Décio Oliveira dos; SOUZA, José Clécio Silva de. Educação como prevenção à violência. **Revista Educação Pública**, v. 21, n. 22, p. 1-5, 2021.

SETTON, Maria da Graça Jacintho; VALENTE, Gabriela. Religião e Educação no Brasil: uma leitura em periódicos (2003-2013). **Cadernos de Pesquisa**, v. 46, n. 160, p. 410-440, 2016.

SOARES, Fábio Veras. **Brazil's Bolsa Familia: A Review**. Economic and Political Weekly, v. 46, n. 21, p. 55-60, 2011.

VIÑAL JUNIOR, José Veiga; MIRANDA, Helga Porto. Formação do professor para a educação de jovens e adultos: a importância do processo formativo na perspectiva emancipatória. **Revista Cocar**, v. 13, n. 27, p. 473-501, 2019.

Notas

ⁱ Disponível em <https://www.gov.br/mec/pt-br/pe-de-meia>.

ⁱⁱ Vide o endereço eletrônico: <https://www.gov.br/mec/pt-br/pe-de-meia/adesao>.

Sobre os autores

Fabricio Moraes Pereira

Possui graduação em Licenciatura Plena em Biologia pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (2010); Mestrado em Saúde, Ambiente e Sociedade na Amazônia (UFPA, 2019). Atualmente, é doutorando em Educação (PPGED - UFPA) na linha de pesquisa de Educação, Cultura e Sociedade. Atua como professor de Ciências Naturais (SEMEC - Belém) e como Técnico em Assuntos Educacionais na Escola de Aplicação da UFPA (EAUFPA).

E-mail: fabriciomoraes@ufpa.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8937-4409>

Carlos Jorge Paixão

Graduação em Pedagogia (Faculdades Integradas do Colégio Moderno - FICOM, 1984); Mestrado em Educação (Currículo) pela PUC-São Paulo, 1993; Doutorado em Educação pela UNESP, 1999; Pós-Doutorado em Educação pela FE-UNICAMP e Grupo de Pesquisa Paideia/UNICAMP, sob a Supervisão do Prof. Dr. Silvio Gamboa, 2011-2012. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas Sobre Teorias, Epistemologias e Métodos da Educação - GEPHEMA/ICED/UFPA.

E-mail: cjp@ufpa.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4528-9907>

Letícia Carneiro da Conceição

Graduada em História pela Universidade de São Paulo (USP). Mestre, Doutora e pós-doutoranda em educação pela Universidade Federal do Pará (UFPA). É professora de

educação básica na Secretaria Municipal de Educação de Belém/PA e Secretaria de Estado de Educação do Pará.

E-mail: carneiroleticia1@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3302-0089>

Recebido em: 31/03/2025

Aceito para publicação em: 20/02/2026